

■ VI Congresso Nacional de Bioética

Alunos de Medicina terão formação em cuidados paliativos

«A humanização e os doentes crónicos» foi um dos temas em debate no VI Congresso Nacional de Bioética, que decorreu entre os passados dias 19 e 20, na Universidade Católica, em Lisboa. Uma das novidades anunciadas na sessão de abertura foi o facto de os alunos do 6.º ano da Faculdade de Medicina de Lisboa passarem a ter obrigatoriamente formação em cuidados paliativos

■ **Luísa Neves**

Os profissionais de saúde - e nomeadamente os médicos - têm que ter formação em cuidados paliativos, pois cada vez há mais pessoas idosas e com problemas de dependência. Tendo consciência disso mesmo, e respondendo aos alertas lançados nos últimos tempos por vários profissionais - nomeadamente «pelo Prof. António Barbosa», do Centro de Bioética da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL) - os responsáveis pela FMUL concordaram com a obrigatoriedade do ensino em cuidados paliativos aos alunos do 6.º ano. De acordo com a Dr.ª Isabel Galriça Neto, uma das coordenadoras da equipa de Cuidados Continuados do Centro de Saúde de Odivelas, esse facto será uma realidade já em 2006. Até lá, acrescentou, espera-se que outras instituições de ensino possam seguir este exemplo.

■ **Prof. Daniel Serrão: «O Profissional de saúde tem de saber traduzir e identificar o universo de valores individuais a que o utente está vinculado»** ■

Em seu entender, actualmente há uma grande diferença «entre o que se diz e o que se ensina», referindo que há uma certa desumanização do ensino médico. Para combater esse aspecto, a Dr.ª Isabel Galriça Neto defendeu que os alunos e até os próprios profissionais de saúde devem ter contacto com narrativas, filmes que relatem casos de doentes, documentos e outros instrumentos que sirvam de estímulo à reflexão e ao auto-conhecimento, bem como à melhoria das suas competências em comunicação. Segundo a Dr.ª Isabel Galriça Neto, cerca de 90% das pessoas vão morrer de doença prolongada e isso terá um grande impacto tanto nos doentes como nas suas famílias. «Estas pessoas precisam de respostas por parte das unidades de saúde», disse. E para que tenham resposta, é fundamental que os profissionais de saúde saibam prestar cuidados paliativos. Estes assentam em quatro áreas-chave: controlo dos sintomas, comunicação adequada, apoio à família e trabalho em equipa. Ao médico «não

basta ser um bom sintomatologista»; ele e os restantes elementos do grupo têm que ter competências neste conjunto de áreas, defendeu a especialista em Medicina Geral e Familiar.

A oradora lembrou que os cuidados paliativos são vulgarmente entendidos como «a prevenção e alívio do sofrimento através da identificação e do tratamento dos sintomas físicos e psicológicos, o mais precocemente possível, em doentes com problemas médicos incuráveis». Ao contrário do que muitas vezes se pensa, os cuidados paliativos «não devem estar associados apenas aos cuidados terminais, e o doente e a família são a unidade receptora deste tipo de cuidados», acrescentou.

A médica recordou que já há trabalho desenvolvido no que diz respeito ao planeamento das acções, uma vez que existe um Programa Nacional de Cuidados Paliativos. Falta que «politicamente se dê prioridade a este tema e que se reunam os meios necessários para avançar». Por parte dos profissionais, é também necessário que cada um olhe para o problema e pense no que pode fazer para mudar as coisas, frisou.

Formação ética é imprescindível

Dando algumas pistas para posterior reflexão aos congressistas presentes no Auditório Cardeal Meeiros, o Prof. Daniel Serrão fez incidir a sua comunicação na «Formação ética dos profissionais de saúde». Sobre este assunto, começou por dizer que «cada sujeito humano é um centro constitutivo de valores individuais, e a génese desses valores» encontra-se na «percepção do mundo exterior e na interpretação que o sistema nervoso central faz dessa percepção». Posto isto, «o profissional de saúde tem de saber que as suas decisões são modeladas eticamente pelos seus valores individuais de natureza afectiva, em primeiro lugar, e de natureza intelectual em segundo plano»,



Ao contrário do que muitas vezes se pensa, os cuidados paliativos «não devem estar associados apenas aos cuidados terminais, e o doente e a família são a unidade receptora deste tipo de cuidados», disse a Dr.ª Isabel Galriça Neto

sublinhou.

Da mesma maneira, «o profissional de saúde tem de saber traduzir e identificar o universo de valores individuais a que o utente está vinculado, de modo a adoptá-lo ao seu», prosseguiu o orador. Só assim a «relação eu/tu» que se estabelece entre o doente e o profissional de saúde poderá ser bem sucedida, defendeu.

Ainda segundo o Prof. Daniel Serrão, existem duas coisas distintas: uma é a formação em Ética e outra é a formação ética do profissional de saúde. No primeiro caso, os profissionais terão que ter «conhecimento permanente dos valores da sociedade em que vivem e têm que estar preparados para conhecer e respeitar esse universo de valores». Essa preparação deve «alicerçar-se sobre experiências vividas ou imaginadas», acrescentou.

No que diz respeito à formação ética do profissional, o Prof Daniel Serrão lembrou que o técnico nunca deve esquecer o respeito pelo outro, deve saber «distinguir o bem e o mal, e escolher o que é melhor» para a pessoa que tem à sua frente. E, nesta área, o membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida deixou uma recomendação: «Docentes virtuosos formam profissionais virtuosos».

Antes de terminar a sua apresentação, o Prof. Daniel Serrão recordou que a formação em Ética também é importante na fase pós-graduada. «As regras de Bolonha têm que ser respeitadas nos mestrados e doutoramentos» que os técnicos frequentam. «Sem um suplemento de ética, o profissional acabará por não merecer o reconhecimento e o respeito que lhe tributam aqueles que o procuram para pedir ajuda profissional», concluiu.

Carta dos Direitos dos Utentes

ADr.ª Helena Melo é jurista e está a trabalhar directamente com o Prof. Rui Nunes, Presidente da Entidade Reguladora da Saúde, na elaboração de uma nova Carta dos Direitos dos Utentes. Conforme explicou na sessão, este novo documento pretende «prestar um serviço à comunidade, porque há um défice de cidadania. As pessoas não conhecem os seus direitos e ter direitos é ter poder».

Não descurando a importância dos direitos que estão reconhecidos em vários documentos nacionais e internacionais, a Dr.ª Helena Melo explicou que a Carta que está a ser preparada pela ERS pretende vincar os aspectos considerados importantes no contexto da Saúde, e «convidar as pessoas» a defenderem com maior informação e convicção «a exequibilidade dos seus direitos». O objectivo final «é que a Saúde funcione bem».

Versão alargada em www.tempomedicina.com
(Edição Semanal e Arquivo «TM»)